

# Pluriatividade rural e residência urbana no Oeste do Paraná<sup>1</sup>

*Silvio Antonio Colognese<sup>2</sup>*

*Jhonny Oli Devens<sup>3</sup>*

**RESUMO:** O trabalho apresenta um caso de pluriatividade na agricultura familiar, combinada com a mudança do local de domicílio destas famílias do meio rural para o meio urbano. A caracterização deste fenômeno como um caso de pluriatividade se justifica uma vez que esta mudança do local de domicílio, acompanhada pela diversificação das atividades produtivas, é assumida conjuntamente pelos membros das famílias destes pequenos agricultores. Esta estratégia permite a continuidade da atividade agrícola combinada com o desenvolvimento de outras atividades produtivas tanto dentro quanto fora do meio rural. Esta modalidade de pluriatividade é entendida como uma estratégia intermediária na trajetória destes pequenos agricultores, na passagem da vida rural para a vida urbana. Por isso, a mudança do local de domicílio para o meio urbano é definitiva. Já a mudança das atividades produtivas é lenta e gradual. Apenas após a morte do chefe destas famílias de agricultores, quando os filhos não assumem a continuidade do cultivo agrícola, é que a propriedade das terras é vendida. Isto sugere a continuidade no processo de concentração da propriedade da terra no Oeste Paranaense (Região estudada) e a diminuição gradativa da ocorrência da agricultura familiar neste contexto.

**PALAVRAS-CHAVE:** pluriatividade; agricultura familiar; domicílio urbano.

**ABSTRACT:** The work presents a case of pluriactivity in familiar agriculture, combined with the change of domicile of these families from agricultural to urban area. The characterization of this phenomenon, as a pluriativity case, is justified by the fact that this change of place of residence, followed by the diversification of the productive activities, is assumed by all members of the small farmers family. This modality of pluriactivity is understood as an intermediate strategy in the trajectory of these small farmers, moving from the rural to the urban life. This strategy allows the continuity of the agriculture activity combined with the development of other productive ones, inside or outside of the agricultural context. Therefore, changing the place of residence to urban area is definitive. For the change of the productive activities, it is slow and gradual. Only after the death of the head of the families, when the members do not assume the continuity of the agricultural culture, is that the land property is sold. This suggests the continuity in the concentration process of land property in the West of Paraná State (studied Region) and the gradual reduction of the occurrence of familiar agriculture in this context.

**KEY WORDS:** pluriactivity; familiar agriculture; urban domicile.

## I. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a pluriatividade rural entre pequenos agricultores familiares no Oeste do Paraná. Trata-se de um fenômeno de múltiplas dimensões e cujas particularidades são decisivas para o entendimento dos novos contornos assumidos pela agricultura e pelas relações campo-cidade. No caso em questão, o fenômeno analisado é a pluriatividade entre agricultores familiares, combinada com a mudança de local de domicílio para o ambiente urbano das cidades e povoados. Mais especificamente, procuramos verificar se esta mudança pode ser entendida como uma estratégia para a viabilização da agricultura familiar ou então para a reconversão profissional das atividades de trabalho da família para o meio urbano. Ambas alternativas implicam em considerar a pluriatividade como uma consequência da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, que já não conseguem se reproduzir nos espaços agrícolas do novo mundo rural (Graziano da Silva, 1999).

Esta complexificação das relações de trabalho entre a agricultura e o meio urbano vem sendo sinalizada desde o início dos anos 1980 no Brasil (Graziano da Silva, 1999). Para a sua caracterização, os autores têm utilizado diversos conceitos como os de *part-time farming* ou agricultura em tempo parcial e de pluriatividade. A denominação *part-time farming* começou a ser empregada na Europa ainda na década de 1930. O *part-time farming*, se refere ao regime de dedicação parcial despendido para a atividade agrícola pelo principal operador da propriedade rural (Alentejano, 1998). O termo *part-time farming* levou à idéia de que a unidade de análise era o operador (*farm operator*) e não a família, dando a impressão de que os membros da família não exerciam outra atividade fora da propriedade rural. Assim, foi um termo idealizado pelos economistas norte americanos para dar conta do fato de certos produtores rurais se dedicarem ao desenvolvimento de outras atividades fora da propriedade.

Com o desenvolvimento das análises, a partir de 1960 passou-se a trabalhar com o conceito de *multiple job-holding*, que envolve novos elementos para focar as atividades não-agrícolas desenvolvidas no meio rural. Com o alargamento deste conceito, no final dos anos de 1980, visando incluir atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados em dinheiro, houve a adoção do termo pluriatividade. Schneider (1999, p.32) observa que a pluriatividade “ocorre através das múltiplas formas de trabalho, sobretudo com a combinação das atividades agrícolas com os empregos fora da propriedade rural”. Embora estas noções sejam

utilizadas para caracterizar o mesmo processo de diversificação, inserção, combinação e dedicação dos agricultores e das propriedades rurais com outras atividades não agrícolas, elas possuem diferenças importantes entre si.

Para Schneider (2003), a pluriatividade é entendida como uma estratégia de reprodução social da qual se utilizam às unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, através do recurso as atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho. Embora integradas ao ordenamento social e econômico, estas unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar como uma forma social de organização do trabalho e da produção de características multivariadas. A pluriatividade coloca como foco de análise a família e não somente o produtor rural. Com isso, permite dar conta do caráter familiar da unidade agrícola, como lembra Alentejano (1998). Assim, a pluriatividade se refere a uma unidade produtiva multidimensional, na qual se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade.

Já o termo *Part-time Farming* dificulta mais a distinção entre a unidade produtiva como uma unidade física (um espaço) e os ocupantes dessa unidade (a família ou a unidade doméstica). Mesmo por que, estes ocupantes podem fazer a gestão dessa unidade de diferentes maneiras, combinando inclusive as tarefas agrícolas com outras atividades. Assim, para Brum (1988), o conceito de *Part-time* pode ser utilizado de forma mais precisa para definir situações onde, devido ao tamanho físico da propriedade ou a uma opção de gestão, ela é cultivada pelo investimento de menos de um ano completo de trabalho. Por outro lado, o termo *pluriactivité* ou *pluriactivity* (pluriatividade) procura focalizar as diferentes atividades, e ainda, interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva preocupando-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. O uso do termo pluriatividade implica, entre outras coisas, em se perceber uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola.

No entanto, temos percebido nestes estudos, independente do uso da noção de *part-time* ou de pluriatividade, que a discussão privilegia apenas o agricultor que reside no meio rural e, a partir dele, assume novas fontes de renda ou novas atividades, tanto rurais quanto urbanas. Neste estudo enfocamos uma realidade distinta neste processo de complexificação: são os pequenos agricultores

que se dedicam à culturas poupadoras de mão de obra no Oeste do Paraná, e que mudam os locais de domicílio do meio rural para o meio urbano para a prática da pluriatividade. Conforme pretendemos demonstrar, é uma nova modalidade de pluriatividade, onde a família rural fixa residência no meio urbano e passa a exercer outras atividades de trabalho, sem abandonar o cultivo da propriedade rural com culturas poupadoras de mão de obra (soja, milho e trigo). Nestas unidades familiares, a propriedade agrícola permanece como a principal fonte de renda, sendo as demais atividades apenas complementares.

## 2. O FENÔMENO DA MUDANÇA DO LOCAL DE DOMICÍLIO DOS AGRICULTORES

Na Região Oeste do Paraná, principalmente a partir da década de 1990, vem ocorrendo um fenômeno com características novas no meio rural. São agricultores familiares, especialmente aqueles que não possuem vínculos de integração com empresas agroindustriais para a produção de suínos, aves e leite, e que vêm optando por transferir suas residências para povoados e até mesmo para pequenas cidades próximas à unidade produtiva. Por explorarem a propriedade apenas com culturas poupadoras de mão-de-obra, estas unidades produtivas dispensam definitiva ou momentaneamente os filhos, as esposas e o chefe de família das tarefas produtivas rurais.

Com a unidade produtiva adequada à produção de culturas poupadoras de mão-de-obra, os membros da família ficam de certa forma liberados para se ocupar de outras atividades de trabalho fora do meio rural. São atividades que vão desde pedreiro, carpinteiro, motorista, ajudante de serviços gerais, empregada doméstica até o assalariamento em grandes propriedades rurais. Dessa forma este agricultor familiar procura fixar residência nos povoados ou cidades, executando atividades de trabalho temporário e, ao mesmo tempo, desenvolvendo uma agricultura com culturas temporárias e poupadoras de mão de obra.

Este fenômeno vem se tornando bastante significativo, especialmente nas pequenas cidades da Região Oeste do Paraná. No município de Tupãssi, de acordo com um levantamento realizado no ano de 2004, pela Secretaria Municipal da Agricultura, de um total de 1.183 proprietários rurais, 690 residiam no meio rural e 493 residiam no meio urbano. Como se trata de uma região de pequenas propriedades, isto significa dizer que 41% dos agricultores familiares do município residem no meio urbano, embora continuem explorando suas propriedades agrícolas. Já na localidade de Água Encantado, município de Assis Chateaubriand, em 1984, residiam doze fa-

mílias de agricultores familiares. Elas mantinham uma capela católica, um clube com campo de futebol, cancha de bochas e um grupo de jovens cooperativistas. Em 2007, nesta mesma localidade reside uma única família, que explora uma pequena área de terras e produz leite. Os demais mudaram os locais de domicílio para a área urbana de distritos ou cidades, mantendo a produção agrícola. Isto significa que o esvaziamento populacional no campo não significa necessariamente o abandono da atividade agrícola. Ele pode significar também uma estratégia de sobrevivência e de busca de um futuro menos penoso para os filhos em outras atividades produtivas.

Por este motivo, o presente estudo busca verificar também se o exercício de atividades fora da unidade produtiva é anterior ou posterior à mudança de domicílio, questionando ainda se esse fenômeno poderia se configurar como um caso em que a atividade agrícola financia um projeto urbano, como uma consequência do decréscimo dos rendimentos líquidos obtidos e da falta de perspectiva para o futuro profissional dos filhos no campo. Nesse sentido, o fenômeno poderia ser visto como um estágio intermediário entre a atividade rural e atividade urbana definitiva, onde a atividade agrícola cumpriria uma função de viabilização financeira inicial de um processo de transferência definitiva para o meio urbano.

### 3. AS MOTIVAÇÕES PARA A TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA PARA A CIDADE

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram realizadas entrevistas com uma amostra de agricultores que realizaram a mudança de local de domicílio para o ambiente urbano, notadamente nos municípios de Tupãssi e Assis Chateaubriand, no Oeste Paranaense. Os dados levantados revelaram que os chefes destas famílias têm idade superior a 45 anos e filhos aptos e em idade para o exercício do trabalho no meio urbano. Quanto aos motivos declarados para a mudança do local de domicílio, os entrevistados revelaram:

“Foi por motivo das crianças, os filhos. Eu já disse varias veis que foi os filho. E ainda a renda ficou escassa. A minha idade acabou influenciando e eu acabei vindo pra cidade por causa dos filhos. Nada mais nada menos devido a renda. A renda é muito pouca em quatro alqueires e meio, então foi encima disso que eu acabei vindo embora. Se fosse só eu e a mulher, não tinha problema nenhum, pra viver dava. Mas aí, três filhos, não teve como, eu tive que vir embora. Nunca tive cobertura de governo, nunca tive subsidio de nada. O único subsidio que eu tive foi só de Deus, mais nada. Só encima disso que eu vim embora pra cidade.” (ENTREVISTA 16 p. 43).

Assim, a busca por atividades não-agrícolas parece variar, em primeiro lugar, de acordo com o ciclo demográfico da família. Além disso, os elementos técnicos que influenciam a produção e as condições econômicas que se abatem localmente são fatores importantes para a decisão de mudar o local de domicílio destes agricultores. Além disso, o aparato de fomento e apoio que envolve a presença do poder público em seus diferentes níveis, além das organizações de intermediação de interesses, como sindicatos e cooperativas, parece significativo para o entendimento deste fenômeno. Diante destes fatores motivadores, a opção pela pluriatividade através da busca de atividades fora da unidade produtiva rural, pode ser entendida como derivada da necessidade de busca de fontes alternativas de renda e da expectativa de melhoria nas condições de vida presentes e futuras para os membros da família.

Entre estes pequenos agricultores, o número médio de pessoas por família é de 4,6 indivíduos, considerados apenas o casal e os filhos. Já o tamanho médio das suas propriedades rurais é de 121.000m<sup>2</sup> ou 5 alqueires paulistas. Além disso, os protagonistas deste fenômeno residiam no meio rural a uma distância média do povoado de 6,2km.

Estes dados revelam que os agricultores pluriativos que mudam os locais de domicílio para o meio urbano são de fato pequenos agricultores. O tamanho das suas propriedades representa uma forte restrição para a sua viabilização, especialmente quando dedicados apenas a produção de grãos. Esta realidade é um forte empecilho para a sua subsistência, levando-os em várias situações a desenvolver estratégias de sobrevivência, ainda que isso implique na transferência de residência.

“Nois só viemos pra cá porque era pouca terra né. Tinha bastante gente e pouco serviço, pouca terra. Então o único jeito que nois tivemos foi vir pra cá trabalhar e se virar né... se nois fica lá embolado nois não fazia nada né. Quando era manual era bastante, tinha serviço pra todos quando era manual, depois que passou a mecanização acabou o manual e veio as máquinas... comprar máquinas não dava... não podia financiar...” (ENTREVISTA 07 p. 20)

Desta forma, o tamanho reduzido da propriedade rural, além de inviabilizar o atendimento do patamar tecnológico requerido pela produção agrícola na região, ainda dificulta a realização de investimentos para a diversificação interna da produção. Isto por que o tamanho reduzido da propriedade inviabiliza a oferta de garantia satisfatória para a obtenção de financiamentos bancários. Por outro lado, não viabilizando a diversificação interna da produção, não possibilita a oferta de trabalho para todos os membros da família, especialmente para os

filhos. Enfim, limitados a exploração de culturas poupadoras de mão de obra e de baixa rentabilidade, estas famílias buscam novas alternativas para a sua subsistência econômica. No caso estudado, fixar residência nos povoados ou cidades mais próximas buscando dessa maneira diversificar as fontes de renda da família tem sido uma das alternativas empregadas por estes agricultores.

Outra característica destes protagonistas do fenômeno da mudança dos locais de domicílio para o meio urbano, é o relativo isolamento social das suas propriedades rurais. Assim, pelo menos na região estudada, não existe uma significativa aglomeração espacial das pequenas propriedades. Elas estão situadas distantes umas das outras, além de ficarem distantes de centros com maior potencial consumidor. Nestas condições, estes agricultores perderam as esperanças de um futuro melhor no meio rural.

“Não vai melhorar. Como vai melhorar se não tem um financiamento, se não tem um subsídio se não tem nada pra ajudar não tem nem estrada pra ir na propriedade. Então a tendência é os filhos não continuar na roça.” (ENTREVISTA 16 p. 45)

E neste particular, as políticas públicas parecem decisivas para melhorar ou não as expectativas de futuro destes agricultores familiares na agricultura.

“Se eu tivesse todo o apoio lá no sítio, estradas, financiamentos, eu não teria vindo pra cidade mesmo que eu tivesse que pagar um carro pra trazer os meus filhos pra estudar. É tudo falta de apoio, falta de um prefeito mais comunicativo”. (ENTREVISTA 20 p. 57)

Através deste depoimento fica evidenciada uma quebra do encantamento destas pessoas com o futuro no meio rural. Com isso, o agricultor e a sua família procuram direcionar as decisões no sentido de que os filhos busquem ocupações de trabalho no meio urbano. Esta é a direção para onde estes agricultores procuram se dirigir, fixando residência no meio urbano e tendo a propriedade rural, de início, como principal fonte de renda. Na seqüência esta propriedade passa a significar mais uma espécie de reserva de valor, uma segurança para um eventual fracasso nesta nova aventura urbana. Por isso, embora residindo no meio urbano, estes agricultores resistem muito em vender a propriedade de terra.

“...aí fica difícil né... sei lá, eu acho que investimento igual a terra não tem né. Terra é sempre terra né. a gente fazer outro investimento tá sujeito a gente perder né... quantos venderam e acabou em nada.” (ENTREVISTA 19 p. 54)

“É... eu acho que não venderia né... eu me criei nessa idéia aí e não passa pela minha cabeça... porque eu não tenho profissão. Tenho 52 anos de idade e pra mim correr o risco com o capitalzinho que eu tenho agora... sabendo que se eu não morrer, com 60 eu vou me aposentar, dificilmente eu vou vender minha propriedade pra investir aqui, dificilmente.”(ENTREVISTA 16 p. 45)

Após a mudança de domicílio para o meio urbano, os membros da família passam a assumir atividades de trabalho diversificadas. Para o chefe de família, a atividade agrícola permanece como a principal fonte de renda em 65% dos casos. Mas a renda passa a ser apropriada individualmente pelos diversos membros da família. O chefe de família, talvez seja a pessoa com maior dificuldade para a reconversão profissional para atividades urbanas. Isto geralmente não ocorre com os filhos. É o que se percebe no depoimento abaixo:

“Pra mim sim, pra mim sim, o sítio é a principal fonte de renda. Porque hoje, hoje em relação a aquele tempo, a família se desmembrou de mim. Eles separaram de mim, você veja bem que meu filho mais novo já tem vinte e dois anos. Hoje você tá vendo que a renda deles é deles. Então eu posso dizer que hoje graças a Deus... não que eles estorvassem mas você sabe, quanto mais renda... então hoje eu to aliviado nesse sentido... eles já é independente né..”.(ENTREVISTA 16 p. 44).

Este depoimento revela ainda que, na agricultura familiar, é a adoção da estratégia da pluriatividade que tem possibilitado a manutenção de certo padrão de vida e de esperança no futuro. Ela faz aumentar as fontes de renda familiar e equilibra o orçamento, mesmo em momentos de crise na agricultura, como são os casos de frustrações de safras. Segundo Graziano da Silva (1999), são agricultores que estão deixando de ser trabalhadores agrícolas especializados para se converterem em trabalhadores que combinam formas diversas de ocupação (assalariados ou não), em diferentes ramos de atividade, que podem ser agrícolas ou não-agrícolas. No caso em questão, a pluriatividade tem a particularidade de estar associada a mudança do local de domicílio destes agricultores para o meio urbano das cidades ou povoados.

O povoado ou a cidade preenche funções ‘urbanas’, mas também outras funções que podem ser vistas como eminentemente rurais. É na cidade que se encontram os “notáveis” tanto da sociedade urbana quanto da sociedade rural. Nela são oferecidos os serviços burocráticos e administrativos relacionados ao exercício dos direitos e deveres do cidadão. As atividades desenvolvidas na cidade estão intimamente associadas à agricultura e à vida social dos atores envolvidos com a atividade

rural. Enfim, é em direção às cidades que a população rural se dirige quando há festas e eventos importantes (QUEIROZ, 1978). Na cidade se tem ainda acesso fácil a supermercados, farmácias, hospitais, bancos e a toda uma variedade de serviços que não são oferecidos no campo. Por isso os depoimentos sinalizam uma satisfação com a mudança do local de domicílio por parte destes agricultores, apesar do reconhecimento das perdas relativas que também existiram.

“O que mudou é que a gente tem mais conforto... a gente sente falta de trabalhar porque a gente era acostumado na roça, mas a gente tem o conforto pra moda de buscar um remédio, pra receber o dinheiro que tem que receber (aposentadoria) aqui tem mais conforto né, só que no sitio você sabe como é que é né. No sitio tem outro tipo de conforto, porque lá a gente tem um porco, tem uma galinha, tem uma criação. Eu tinha, quando eu vim pra cá eu vendi tudo né. Aqui a gente tem que comprar tudo, só que aí tem o conforto que se a gente quer comprar alguma coisa no mercado, uma coisa ou outra aí na farmácia, tá tudo encima né. Lá tinha que pegar condução, quando chovia não tinha condição de ir...”. (ENTREVISTA 17 p. 50)

O agricultor familiar carrega um estoque de conhecimentos tradicionais e de representações que de alguma forma condicionam as suas relações com a terra. A mudança de domicílio para o meio urbano gera deslocamentos gradativos neste quadro. Particularmente no caso dos filhos, este processo parece mesmo irreversível, de acordo com os depoimentos coletados para este estudo.

“Eu penso que meus filhos não tocam o sitio não, porque cada um tem o trabalho diferente né. Eu acho que o que pode acontecer quando a gente tiver que desocupar o lugar, porque um dia a gente vai ter que desocupar mesmo né, então eles vão arrendar ou vão pensar em vender né. Dar seguimento no que eu venho fazendo, eu acredito que eles não vão dar não.” (ENTREVISTA 02 p. 04)

Assim, a difícil adaptação do agricultor à vida urbana não é percebida com a mesma intensidade pelos filhos. Em pouco tempo eles se familiarizam com o novo ambiente, com o trabalho, com um novo círculo de amizades e assim por diante. A transferência de residência do campo para a cidade provoca certa ruptura nos costumes, valores e representações, tornando menos atraente a idéia de retorno à atividade rural. Nas famílias de agricultores entrevistados, constatamos que 70% das pessoas que exercem profissões fora da unidade produtiva rural são trabalhadores formais, com carteira assinada. Mesmo com remuneração baixa, o assalariamento ainda é considerado mais favorável pelos filhos do que a depen-

dência de áreas reduzidas de lavoura e a sua subordinação pessoal aos pais. Esta realidade conspira contra a possibilidade de retorno à atividade agrícola, mesmo quando ocorre a divisão da propriedade rural entre os filhos.

“...vão fazer qualquer outro tipo de serviço no comércio. Na lavoura não. Na lavoura eu acho que eles não tem vocação. É igual futebol tem que ser daquilo senão não vai né... Eu acho que da minha família ninguém volta pro sítio. Porque no serviço que eles têm hoje, pra eles deixar e ir na lavoura pegar um porco, cuidar de uma vaca. É difícil. Eles não tem jeito pra coisa. Podem colocar algum comércio, alguma loja, alguma coisa, aí sim funciona, mais na lavoura é difícil” (ENTREVISTA 07 p. 20)

Contudo, não é somente por conta da queda nos rendimentos agrícolas que os jovens se voltam crescentemente para atividades não-agrícolas, e cada vez mais de forma definitiva.

“A vantagem da cidade é que a gente fica enturmado, fica perto de um jogo de futebol, fica perto da igreja e no sítio é aquele negócio, se chove é um problema sempre, as estradas que não vai carro, o isolamento, não tem mais vizinhos. Aqui você tá na porta das coisas. Eu acho que a vantagem da vila é isso.” (ENTREVISTA 06 p. 18).

Estes depoimentos também sinalizam que a mudança do local de domicílio para a cidade com a exploração de outras atividades produtivas por parte do agricultor representam inicialmente a possibilidade de incremento nas fontes de renda da família e, ao mesmo tempo, a possibilidade dos filhos conquistarem certo grau de independência financeira. No entanto, à medida que cada membro da família passa a gozar de estabilidade ocupacional, os laços com o passado se distanciam. As lembranças da vida no campo passam a fazer parte de um arquivo de imagens e cenas de um passado que não desejam ver repetido. O retorno ao meio rural passa a figurar apenas como um pesadelo para estas novas gerações.

Fica evidenciado, assim, que a opção pela pluriatividade com transferência de residência para o meio urbano, pode ser considerada uma estratégia que visa não somente o incremento nas fontes de renda e oportunidades de exercício de novas atividades produtivas. Ela representa um passo intermediário em uma trajetória que somente parece se concluir com a fixação definitiva da família no meio urbano.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pluriatividade como uma estratégia para a viabilização da agricultura familiar vem sendo estudada por vários autores ao longo dos últimos anos. De maneira geral, trata-se de um fenômeno pelo qual famílias de pequenos agricultores buscam novas atividades de trabalho fora da unidade produtiva, multiplicando as fontes de renda, sem abandonar os seus locais de residência no campo. No caso estudado, este fenômeno apresenta uma importante particularidade: a mudança do local de domicílio da família, do meio rural para o meio urbano das cidades e povoados próximos. Isto sem abandonar a atividade agrícola, que continua sendo a principal fonte de renda dos chefes de família destes pequenos agricultores. Eles seguem cultivando as lavouras com culturas temporárias poupadoras de mão de obra, como a soja, o milho e o trigo.

A caracterização deste fenômeno como um caso de pluriatividade se justifica na medida em que se trata de uma estratégia assumida pelas famílias de pequenos agricultores. A mudança do local de domicílio do meio rural para o meio urbano, acompanhada pela diversificação das atividades produtivas, é assumida conjuntamente pelos membros das famílias destes pequenos agricultores. Esta estratégia permite a continuidade da prática agrícola, com culturas poupadoras de mão de obra, combinada com o desenvolvimento de outras atividades produtivas tanto dentro quanto fora do meio rural. Por isso a pluriatividade é um fenômeno que implica uma forma particular de gestão do trabalho familiar, que sempre inclui o trabalho agrícola. Além disso, é um conceito amplamente utilizado para caracterizar o processo de diversificação da agricultura familiar, que ocorre tanto dentro quanto fora das unidades produtivas, e que embaralha as relações rural/urbano.

Quanto aos fatores determinantes para a ocorrência deste fenômeno, ficou evidenciada a importância da necessidade de incremento de renda familiar. Porém, não se trata de um fator exclusivo. A combinação da pluriatividade com a mudança do local de domicílio do meio rural para o meio urbano, também está associada significativamente aos seguintes fatores: o isolamento social vivido no meio rural; as distâncias dos locais de assistência médica; as precárias condições das estradas de acesso às propriedades; as dificuldades para o acesso a escolarização dos filhos (transporte; distância das escolas...); os limites para a obtenção de crédito para o custeio das lavouras e a realização de melhorias na propriedade rural; o sofrimento representado pelo trabalho árduo na lavoura; a insegurança vivida devido ao isolamento geográfico das propriedades; e a falta de perspectivas (esperança) de um futuro melhor na agricultura, especialmente para os filhos.

Por estes motivos, a pluriatividade associada a mudança do local de domicílio destes pequenos agricultores pode ser entendida como uma estratégia intermediária em sua trajetória de passagem da vida rural para a vida urbana. A manutenção da atividade agrícola representa uma segurança e uma forma de financiamento para o processo de conversão do trabalho produtivo da família, de exclusivamente rural para exclusivamente urbano. Por isso, a mudança do local de domicílio é definitiva. Já a mudança das atividades produtivas é lenta e gradual. Inicialmente a propriedade da terra é preservada, assim como o seu cultivo com culturas poupadoras de mão de obra. Este processo somente se conclui após a morte do chefe destas famílias de pequenos agricultores, quando os filhos não assumem a continuidade no cultivo das lavouras e decidem vender a propriedade da terra. Este processo sugere a continuidade na concentração da propriedade da terra na Região Oeste do Paraná e a conseqüente diminuição da ocorrência da agricultura familiar neste contexto.

#### NOTAS

- <sup>1</sup> Trabalho elaborado a partir da dissertação de mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento Regional, da Unioeste, de autoria de Jhonny Oli Devéns, tendo como orientador o Dr. Silvio Antonio Colognese (2007).
- <sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela UFRGS e Professor Efetivo da Unioeste/ Campus de Toledo. E-mail:silviocolognese@ibest.com.br.
- <sup>3</sup> Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento Regional pela Unioeste.

#### REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Uma nova extensão para a agricultura familiar*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, DF. Anais..., 1997. 29 p. (texto para discussão).
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ 1998.
- BACHA, Carlos José Caetano. *Economia e política agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRUM, A Jacob. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Nordeste do Estado, Petrópolis, Ijuí-RS, 1988.
- BRUMER, Anita. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar*. Campinas-SP: UNICAMP, 1993.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, 1976.

- COLOGNESE, Silvio Antônio; GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. *Tupãssi: do mito à história*. Cascavel: Edunioeste, 1999.
- CORTES, S. M. Como fazer análise qualitativa de dados. In: BÊRNI, D. de Á. (org.). *Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CUNHA, Marina Silva da. *Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- EMBRAPA. *Pesquisa e desenvolvimento: subsídios para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira*. CPATSA, 1998.
- FILHO, H. M. S.; BATALHA, M. O. (orgs.). *Gestão integrada da agricultura familiar*. São Carlos-SP: EdUFSCar, 2005.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loiola, 1985.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 2. ed, São Paulo: Editora Nacional, 1997.
- GIL, Antônio, C. *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio: Campus, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. (coleção pesquisas, I)
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- GUANZIROLI, C. E. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo agropecuário, 1995/1996*. Brasília, 1998.
- KAGEYAMA, A. *Biotecnologia e propriedade intelectual: novos cultivares*. IPEA, Brasília, 1993.
- LAMARCHE, Hugues (Coord). *A agricultura familiar*. Campinas-SP: UNICAMP, 1993.
- MARINI, M.; PIERONI, O. *Relación entre la familia y el entorno social*. Tipología de las Familias Agrícolas en una Zona marginal (Calabria). In: ARKLETON RESEARCH. *Cambio Rural en Europa*. Colóquio de Montpellier. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1987, p. 205-247.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MEDEIROS, J. X. de; WILKINSON, J.; LIMA, D. M. de A. O desenvolvimento científico e tecnológico e a agricultura familiar. In: LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J. (org.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 23-38.

PORTER, M. E. *What is strategy?* Harvard Business Review, p. 61-78, Nov/Dec. 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Cultura sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: Edusp 1978.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*: Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. Caxambu, XX AMPOCS, 1996.